

Projeto de desenvolvimento, Incentivos fiscais e capital privado: o caso da indústria de transformação do estado da Bahia entre 1994 e 2004

Daniela Franco Cerqueira¹

Resumo

Este trabalho pretende fazer uma análise dos resultados da implantação do projeto de desenvolvimento industrial do estado da Bahia no período de 1994 a 2004, discutindo se a realização de programas públicos centrados na concessão de incentivos fiscais para a iniciativa privada podem dar origem a ciclos de desenvolvimentos em espaços subnacionais subdesenvolvidos e com graves problemas sociais como a Bahia. Para tal, fizemos uma análise dos investimentos realizados na indústria de transformação do estado nesse período, enfatizando os efeitos desse novo modelo no âmbito produtivo e do mercado de trabalho.

Palavras-chave: economia baiana, incentivos fiscais, modelo de desenvolvimento

Abstract

This work intends to make an analysis of the results of the implantation of the project of industrial development of the state of the Bahia in the period of 1994 the 2004, arguing if the accomplishment of centered public programs in the concession of tax incentives for the private initiative they can give to origin the cycles of developments in underdeveloped subnationais spaces and with serious social problems as the Bahia. For such, we made an analysis of the investments carried through in the transformation industry of the state in this period, emphasizing the effect of this new model in the productive scope and of the market of work.

Key Words: bahian economy, tax incentives, model of development

Introdução

A trajetória recente da economia baiana esteve marcada pela implantação do projeto neoliberal no plano estadual. Dentre as reformas, ressalta-se a privatização de empresas públicas como o Banco do Estado da Bahia – Baneb, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba, a Empresa Telefônica do Estado da Bahia – TELEBAHIA e o Porto de Salvador – o principal do estado.

Além disso, implementou-se uma reforma da administração pública que significou a “criação, fusão, incorporação e extinção de órgãos e entidades públicas, dispensa de pessoal e alienação de patrimônio” (CARVALHO NETO, 1998, p. 11). Nessa perspectiva, reduziu-se os

¹Mestre em economia pela UNICAMP e pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

dispêndios com funcionários, sendo que, entre 1995 e 2004, os gastos com pessoal passaram de 57,0% da receita corrente líquida para 48,1%. Esse é o “resultado da política desenvolvida a partir de 1991 para restaurar a ordem e o equilíbrio das finanças públicas do Estado da Bahia, [através de] uma crescente contenção dos gastos de custeio da máquina pública e, em particular, dos seus gastos com pessoal” (BAHIA, 2000, p. 35).

Cabe ressaltar que tais medidas retiraram instrumentos do governo referentes à intervenção na economia. Por trás dessas iniciativas está o pressuposto de que o crescimento econômico deve ser conduzido a partir dos investimentos privados. Caberia ao poder público apenas assegurar a concretização de tais inversões a partir da oferta de infra-estrutura básica ou de outras ações requeridas pelo capital privado. É nessa lógica de centralidade do desenvolvimento a partir da iniciativa privada que o governo estadual criou um conjunto de programas de incentivos fiscais e creditícios para atrair capitais para a Bahia, participando da chamada guerra fiscal.

Além dos capitais nacionais, os programas destinavam-se à atração de capitais internacionais com vistas a estimular um outro “vetor” de desenvolvimento da economia do estado, a saber: uma maior ligação com o exterior. Note que tal intenção está em consonância com o projeto implantado no Brasil após 1994, que identifica a inserção na globalização como essencial para criar um ciclo virtuoso do crescimento.

Não é possível, dentro desse artigo, abordar todas as dimensões da implementação do projeto neoliberal no estado da Bahia. Desse modo, nos concentraremos nos efeitos desse novo modelo no âmbito produtivo e do mercado de trabalho, analisando os investimentos realizados na indústria de transformação da Bahia entre 1994 e 2004.

Para tal, além dessa introdução, descrevemos o projeto de desenvolvimento industrial do governo do Estado da Bahia. Em seguida, a luz dos objetivos propostos nesse projeto, analisaremos os resultados até então obtidos no que se refere a desconcentração espacial da indústria do estado, dos encadeamentos produtivos locais alcançados e da geração de emprego e renda para a população. Aqui evidenciamos, também, que a oferta de incentivos fiscais pouco contribuiu na atração dos investimentos realizados no período. Posteriormente, fazemos uma breve análise com vistas a identificar as possíveis causas do distanciamento entre os resultados alcançados e os objetivos propostos no programa de desenvolvimento industrial. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

1. Programa de Desenvolvimento² Industrial do Estado da Bahia

Nos projetos de desenvolvimento do governo do estado da Bahia, consta como objetivo promover a mudança nas características econômicas e sociais do estado. Transformar a economia

²A palavra *Desenvolvimento* é reproduzida dos textos governamentais. Desse modo, não damos nenhum significado especial a ela nesse tópico.

significa reverter a especialização de sua indústria na produção de bens intermediários, bem como, melhorar sua distribuição espacial, desconcentrando a produção da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Do ponto de vista social, significa gerar alternativas de emprego e renda para parte importante da população. De acordo com os órgãos de planejamento estadual, caberia ao governo

apoiar a transição da economia baiana para um novo padrão de desenvolvimento industrial: de uma economia produtora de commodities industriais, sujeita às flutuações cíclicas do mercado internacional e capitaneada por relativamente poucas empresas, para uma economia fundada em cadeias de elevada densidade, constituídas por uma ampla malha de empresas voltadas para a agregação de valor e a competitividade; e de um espaço fragmentado e rarefeito, para um território unificado do ponto de vista logístico, infra-estruturado e capaz de atrair empresas que busquem novos centros de produção e/ou distribuição (FEDRAÇÃO DAS INDÚSTRIAS..., 1998, p. 12).

Foram instituídos quatro programas para alcançar tais objetivos. O principal deles foi o de Densificação Industrial e Espacialização Produtiva com o intuito de completar a matriz industrial da Bahia até a produção de bens finais, verticalizando os ramos já existentes e estimulando um alto índice de utilização de componentes internos dos novos empreendimentos³

O projeto aposta na ligação entre a petroquímica e as indústrias de bens finais. A instalação dos segmentos têxtil, de calçados, de informática e automobilístico garantiria, segundo o projeto, um mercado consumidor para os produtos da petroquímica baiana, servindo de estímulo à atração de empresas de transformação plástica — a 3ª geração petroquímica. Desse modo, modificar-se-ia o perfil produtivo do complexo de Camaçari, especializado nas chamadas *comodities* petroquímicas — 1ª e 2ª gerações — proporcionando, assim, maior competitividade a este pólo petroquímico a partir da confecção de bens mais especializados.

Por outro lado, a petroquímica como ofertante de insumos para as indústrias de bens finais garantiria uma maior ligação desses segmentos com a economia local, reduzindo a importação de

³ O planejamento e a consecução do chamado projeto de desenvolvimento industrial foram inteiramente realizados por integrantes de um único grupo político: de 1991 a 1994, o governador do estado foi Antônio Carlos Magalhães; de 1995 a 1998, Paulo Souto governou o estado, descompatibilizando-se do cargo para concorrer a uma das vagas para Senador, sendo o mandato completado pelo vice-governador César Borges que se candidatou e elegeu-se governador, exercendo o mandato entre 1999 e 2002, ocasião em que também passou o comando para o vice-governador Otto Alencar que completou o mandato; de 2003 a 2006, Paulo Souto governou novamente o estado. Essa composição do poder estadual nos leva a questionar os reais objetivos subjacentes às intenções citadas e às medidas propostas. Isso porque: i) os objetivos expressos nos documentos do governo estadual se mostram muito audaciosos, na medida que propõem uma mudança estrutural na indústria baiana. Não existe, entretanto, qualquer explicação sobre os mecanismos que assegurariam tais transformações a partir dos programas propostos, o que transforma esses documentos em cartas de prováveis intenções ao invés de um plano que aponte a base material através da qual serão atingidos os objetivos; ii) muitas das empresas que receberam incentivos fiscais do governo estadual constam na lista dos financiadores de campanha dos deputados federais desse grupo político, como pode ser visto no *site* <http://perfil.transparencia.org.br>. É provável que nas campanhas ao senado e ao governo do estado estas empresas tenham, também, doado recursos. iii) um dos beneficiários diretos da privatização das atividades portuárias, segundo matéria publicada no Portal Terra (25/04/2006), foi o Sr. Antônio Carlos Magalhães que se tornou proprietário do porto responsável por escoar a produção da Ford. Desse modo, é provável que as propostas e ações do governo estadual estejam mais a serviço dos interesses financeiros desse grupo do que do desenvolvimento do estado.

insumos e dando início a “um novo ciclo de crescimento para a petroquímica baiana, com a produção local de bens de consumo final e também de insumos para as novas indústrias que se instalam no estado” (BAHIA INVESTIMENTOS, 1998, p.26).

Outro objetivo do programa de densificação é a tentativa de desconcentrar a produção industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS). A perspectiva é que a indústria se constitua como alternativa para regiões deprimidas como a cacaueteira ou para os demais espaços regionais marcados, tradicionalmente, pelos grandes vazios econômicos.

Pretende-se, com a instalação de grandes empresas dos mais variados setores de atividade no interior do estado — dada as maiores isenções para as empresas que se instalem fora da RMS —, provocar o surgimento de outras firmas de pequeno e médio porte que se encarregariam do fornecimento de insumos. O controle de qualidade exercido pelas grandes empresas garantiria uma adequação do nível tecnológico e a produção de bens de elevado valor capaz de competir no mercado internacional.

A inserção internacional da indústria baiana é outro “vetor de crescimento econômico”. O objetivo é que a inserção no mercado externo passe a ter um peso maior na dinâmica de crescimento do estado:

O progressivo deslocamento da produção industrial para bens de maior valor virá acarretar uma modificação no papel das exportações na economia baiana: de um componente de demanda contracíclico para as commodities produzidas no estado (...) para o motor do crescimento de complexos mais densos, com produção de maior conteúdo tecnológico, produtos diferenciados e intensivos em design. O mercado regional é insuficiente para sustentar o crescimento desses segmentos de elevada elasticidade renda. As consequências de médio e longo prazos para o estado são claras: sua integração competitiva ao comércio mundial será a força motriz de parcela crescente da produção e, por consequência, dos investimentos (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS..., 1998, p. 15).

A implantação do modelo neoliberal na década de 90 visava reorientar as economias da América Latina para o mercado externo com vistas a aproveitar as oportunidades que a globalização, segundo essa perspectiva, teria a oferecer, a saber: o estímulo a competitividade, a alocação eficiente dos recursos e a desconcentração de renda.

O governo estadual parece compartilhar dessa visão na medida que considera que a globalização e a redefinição espacial do capital “criam oportunidades para países e regiões não tradicionais, embora haja necessidade de construção de vantagens capazes de propiciar um efetivo aproveitamento das portas que se abrem” (UDERMAN e MENEZES, 1998, p. 719)⁴.

⁴ Wladson Menezes, em 2000, era Diretor de Políticas Públicas e Simone Uderman, em 2002, era Diretora de Políticas Setoriais, Urbanas e Regionais da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC).

A idéia é que o capital estaria indiferente aos diversos espaços geográficos, optando por se instalar onde obtivesse os maiores ganhos, restando às regiões, para não verem sua estrutura produtiva desmoronar, se adequar as exigências dos novos investimentos.

Nessa perspectiva, não existem hierarquias no sistema mundial. A globalização é encarada como uma oportunidade aberta a todas as regiões, onde os capitais sem pátria estariam dispostos, a partir dos critérios de eficiência e maximização dos lucros, a se instalar em qualquer lugar, dotando tais países das chamadas “vantagens competitivas”, impulsionando o desenvolvimento técnico a partir da transferência tecnológica e aporte financeiro, transformando tais economias em ilhas de prosperidade e permitindo à região competir no mercado internacional.

Nesse cenário, bastaria, portanto, garantir a lucratividade do capital, oferecendo facilidades e benefícios, bem como “vantagens competitivas, entendidas estas como as condições necessárias de infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e uma consistente política de incentivos, para possibilitar a atração de investimentos” (SEPLAN, 2000, p. 152), a partir dos quais seria iniciado um novo ciclo de crescimento na Bahia.

Desse modo, o projeto de desenvolvimento industrial visa, também, construir as condições de infra-estrutura adequadas ao capital por intermédio de três outros programas que são: o programa de integração logística que tem o objetivo de melhorar a malha rodoviária e de outros meios de transporte e comunicações; o programa de educação para a competitividade que visa treinar a mão-de-obra para manusear as novas tecnologias e se adaptar às novas formas de gestão e de organização do trabalho; e o programa de energia e saneamento para sustentar o aumento da demanda em função da expansão produtiva.

No caso do saneamento, a idéia é estabelecer parcerias entre o governo e a iniciativa privada, onde esta destinaria seus investimentos para as áreas que já possuem um sistema básico e que requerem ampliações, enquanto ao governo caberia os investimentos para as áreas que não apresentam atividades econômicas relevantes. Na energia, dada a privatização da COELBA — Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia —, caberia ao estado atuar como um regulador do setor, bem como, planejar as necessidades de expansão a serem realizadas pela iniciativa privada (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS..., 1998).

Os pressupostos do programa industrial do estado estão muito próximos da teoria do desenvolvimento local endógeno, haja vista que concentra a análise dos problemas relacionados ao crescimento econômico nas vantagens que o local tem na atração de investimentos, numa perspectiva microeconômica, desvinculando-a tanto da dinâmica nacional quanto da lógica geral de acumulação do capital.

De acordo com a teoria do desenvolvimento endógeno, caberia ao lugar criar um ambiente de cooperação e confiança permitindo a aprendizagem coletiva a partir da qual seriam estimuladas as competências técnicas e o conhecimento inovador, requisitos fundamentais para conquistar o mercado internacional e promover o desenvolvimento local⁵.

Os impactos da abertura comercial e financeira ocorridos no Brasil nos anos 90 somente são mencionados para se fazer referência às mudanças nos padrões concorrenciais que impuseram à economia nacional. Do mesmo modo, a globalização é abordada em termos dos novos referenciais de competitividade e do padrão tecnológico vigente.

Dentre os recursos utilizados para viabilizar o projeto de desenvolvimento industrial estão a reorganização do estado com vistas a permitir a concessão de benefícios fiscais e financeiros⁶, o apoio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Programa Nordeste Competitivo do BNDES e a captação de recursos junto a instituições financeiras multilaterais para os projetos de infra-estrutura.

2. Resultados dos Investimentos

No período de 1994 a 2004, foram registrados junto a Secretaria da Indústria e Comércio (SICM) projetos num total de, aproximadamente, R\$ 13,4 bilhões⁷ com a previsão de gerar 96.883 empregos, perfazendo uma relação de R\$ 138.311 para cada posto de trabalho criado.

Os desembolsos do sistema BNDES, que em grande parte são financiamentos diretos para esses investimentos ou para que o governo estadual realize as obras de infra-estrutura necessárias à consecução das inversões, somaram um total de R\$11,6 bilhões entre 1995 e 2004. Esse montante representou cerca de 5,0% do total registrado para o Brasil (R\$ 231 bilhões) e 48,2% do realizado na região nordeste (R\$ 24 bilhões)⁸. Considerando os desembolsos do BNDES como uma aproximação das inversões totais realizadas no Brasil, podemos afirmar que, no período de 1995 e 2004, a Bahia respondeu por cerca de 5,0% dos investimentos totais feitos no país.

Os resultados dessas inversões no âmbito produtivo e do mercado de trabalho são avaliadas a seguir:

a) Desconcentração espacial e incentivos fiscais

Na Tabela 1, podemos ver como ficou dividida espacialmente as inversões dentro do estado da Bahia. Nela observamos que o eixo Metropolitano, o Extremo Sul e o Grande Recôncavo tiveram as maiores proporções de investimento no período, perfazendo um total de 87,6% das

⁵Para um resumo e crítica a Teoria do Desenvolvimento Endógeno, ver BRANDÃO (2003).

⁶A lista completa dos 16 programas estaduais de incentivos até 1994 está em Incentivos Governamentais (1994). Outros programas instituídos após essa data, como o PROCOMEX (Programa de Incentivo ao Comércio Exterior); o BAHIAPLAST (Programa de Incentivo à Transformação Plástica) e o PROAUTO (Programa Especial de Incentivo ao setor Automotivo) podem ser vistos em: <http://www.sicm.ba.gov.br>

⁷ Valor convertido a taxa de câmbio de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00.

⁸ Dados retirados do site do BNDES. Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> > acesso em 15 de out de 2006.

inversões. Do ponto de vista do emprego o eixo Metropolitano e o Grande Recôncavo também apareceram com os maiores percentuais. Entretanto, a relação entre os gastos realizados para cada emprego gerado é bastante diferente: cerca de R\$ 344.253 no espaço Metropolitano e, aproximadamente, R\$ 33.005 no Grande Recôncavo.

Esses dados revelam que os espaços onde tradicionalmente predominam a agricultura de subsistência, ou são municípios sustentados pelas pensões e aposentadorias rurais continuam sem alternativas reais de geração de emprego e renda. Os investimentos se concentraram no litoral, aonde, desde a chegada dos portugueses, foram organizadas as atividades econômicas importantes.

Foi lá que, desde cedo, organizou-se uma infra-estrutura que se constituiu enquanto atrativo para o capital, tornando evidente que as empresas não se dedicam a investir ou desenvolver regiões tradicionalmente a margem do processo de acumulação. Os capitais vão para onde já existe uma estrutura mínima passível de ser utilizada na sua valorização.

Isso significa que é sobre a base da divisão espacial da produção no estado da Bahia e da espacialização dentro do Brasil que o mercado vai agir, aprofundando as características já existentes da economia baiana que, nesse caso, é a concentração da produção em alguns municípios⁹. Os resultados dos investimentos mostram, portanto, a dificuldade de modificar o perfil da estrutura produtiva de uma dada região a partir de incentivos fiscais oferecidos a iniciativa privada.

Tabela 1 - Investimentos realizados e empregos gerados na indústria de transformação, segundo o eixo de desenvolvimento: Bahia, 1994 – 2004

Eixo Econômico	Investimentos* (bilhões R\$)	%	Empregos Previstos**	%
Total	13,4	100,0	96.883	100,0
Baixo Médio São Francisco	0,2	1,1	7.641	7,9
Chapada Norte	0,2	1,5	4.263	4,4
Extremo Sul	1,7	12,4	4.810	5,0
Grande Recôncavo	0,8	5,8	24.239	25,0
Irecê do São Francisco	0,0	0,0	12	0,0
Mata Atlântica	0,4	2,8	10.679	11,0
Médio São Francisco	0,0	0,0	30	0,0
Metropolitano	9,3	69,4	27.015	27,9
Nordeste	0,1	0,4	1.728	1,8
Oeste do São Francisco	0,3	2,1	1.174	1,2
Planalto Central	0,2	1,7	5.424	5,6
Planalto Sudoeste	0,4	2,9	9.868	10,2

Fonte: SICM/Jornais Diversos; Elaboração: CAC/SEI

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Última atualização em 30/09/2006

* Esses valores foram convertidos do dólar para real a taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

** Referem-se aos empregos diretos previstos nos protocolos de investimento assinados entre a empresa solicitante dos incentivos fiscais e o governo do estado da Bahia representado pela Secretaria da Indústria e Comércio (SICM).

⁹ Os dados do PIB demonstram o grau de concentração espacial da produção do estado da Bahia. Dos 415 municípios baianos, apenas 10 respondiam por cerca de 66,6% do PIB estadual em 1999 e 64,7% em 2004. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>; acesso em 07 de julho de 2006.

Na Tabela 2, podemos observar a distribuição setorial dos investimentos nos eixos que apresentaram a maior proporção das inversões: no Metropolitano, 40,1% representaram a instalação da Ford e 29,5% foram destinados a fabricação de produtos químicos; no Extremo Sul, 62,6% dos investimentos foram realizados no segmento de papel e celulose e 26,2% em produtos de madeira. Por fim, no Grande Recôncavo, os segmentos de papel e celulose, alimentos e bebidas e calçados responderam por 74,5% das inversões.

Os dados sugerem que, na Bahia, as inversões estiveram mais relacionadas com os condicionantes setoriais do que com a oferta de incentivos fiscais: i) a disponibilidade de recursos naturais no caso do segmento de papel e celulose no Extremo Sul; ii) a base produtiva já existente, como no caso da produção química no eixo Metropolitano; iii) a existência de mão-de-obra mais barata, como no caso do segmento de calçados, e uma infra-estrutura já montada com proximidade ao mercado consumidor, como no segmento de alimentos e bebidas e papel e celulose no Grande Recôncavo.

No caso da Ford, vários fatores contribuíram para sua instalação na Bahia. Um deles foi a crise pela qual passou o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) após a desvalorização cambial brasileira de 1999. (SARTI, 2003). Acrescente-se a isso, as negociações para a conformação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e a intenção da montadora em estabelecer maiores ligações com países como Venezuela e México. Nesse cenário, os estados do sul perderam espaço na decisão de localização da empresa¹⁰.

Além disso, o regime automotivo especial para o norte e nordeste, instituído pelo governo federal, conferindo diversas isenções fiscais parece ter sido um elemento importante para o deslocamento da montadora até a Bahia. Do mesmo modo, a maior proximidade desse estado das regiões sul e sudeste — principais mercados consumidores do país — em relação aos outros estados do norte e do nordeste, provavelmente, também foi um fator condicionante para a escolha da montadora.

Gostaríamos de acrescentar que dentro da lógica dos capitais privados de aproveitarem as potencialidades que os locais já possuem — da qual não podemos excluir a Ford —, a Bahia, dentro

¹⁰ “Por ser o Rio Grande do Sul um estado governado pelo PT e a Bahia governada pelo PFL [...] toda a discussão acabou se dando em torno de questões políticas e fiscais. Nesse sentido, tendeu-se a ver a opção pela Bahia em razão do viés “liberal” do estado, reforçado por um amplo programa de incentivos fiscais e de obras de infra-estrutura. Essa visão, no entanto, não parece ser correta. Não que esses fatores não sejam importantes e reais — a questão é que, até 1999, não foram suficientes para trazer nenhuma montadora para o estado. A esperada vinda da Hyundai e da Asia Motors, como se sabe, acabou não se concretizando. Ao mesmo tempo, deve-se notar que se o Rio Grande do Sul tinha um viés “antiempresa”, Santa Catarina e Paraná eram claramente mais liberais e com programas de incentivos — também vigorosos — tentaram, sem sucesso, atrair a Ford. Considerando-se esses últimos aspectos, e em face de todo o contexto anterior, pode-se argumentar que a desistência do projeto no Rio Grande do Sul reflete muito mais do que um mero problema político-fiscal com o PT gaúcho. Ao que parece, trata-se de uma decisão estratégica mais ampla, de abandonar o sul do país. Essa hipótese faz muito sentido se considerarmos as mudanças recentes na política econômica brasileira e seus impactos no Mercosul” (ALBAN, 2000, p. 20/21).

da região nordeste, possui a vantagem de ser a maior economia da região e, portanto, possuir um grau de complexificação maior expresso na oferta de serviços, em especial, nos segmentos de alojamento, transporte de cargas, serviços técnico-profissionais e correios e telecomunicações.¹¹

Sobre os determinantes gerais dos investimentos, podemos ainda mencionar que, durante a década de 90, houve o deslocamento de algumas indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis em direção ao nordeste, com objetivo de diminuir custos para enfrentar a concorrência de produtores internacionais que ampliaram a participação no mercado nacional após a abertura comercial da economia brasileira. Tais setores tradicionais que abarcam o ramo têxtil, de calçados, vestuário, alimentos e bebidas e a agroindústria “lograram se desconcentrar, pois são caracterizados por serem pouco exigentes de ambientes mais complexos de externalidades” (BRANDÃO, 2003, p.130).

É a permanência da relevância, para tais ramos de atividade, das vantagens tradicionais — recursos naturais e mão-de-obra barata — que contribuiu para os resultados, do ponto de vista da atração de investimentos, das políticas de incentivos fiscais do nordeste e da Bahia em particular. Desse modo, tal política é um atrativo a mais tanto para grupos nacionais, que procuram sobreviver à concorrência internacional, quanto para grupos internacionais em busca da exploração dos recursos naturais e matéria-prima da região. Observa-se, portanto, que outros condicionantes diferentes daqueles ligados aos benefícios fiscais influenciaram as decisões de investimento do setor privado na Bahia.

Tabela 2 - Investimentos realizados na indústria de transformação por subsetor de atividade econômica: Metropolitano, Grande Recôncavo e Extremo Sul, 1994 - 2004

Eixo Econômico e subsetor de atividade	Investimentos*	
	Bilhões de R\$	%
<i>Metropolitano (Total)</i>	9,3	100,0
Material de Transporte	3,9	41,9
Produtos Químicos	2,7	29,5
Borracha e Plástico	0,4	4,3
<i>Grande Recôncavo (Total)</i>	0,8	100,0
Alimentos e Bebidas	0,2	26,8
Papel e Celulose	0,2	25,1
Artefatos de Couro e Calçados	0,2	22,6
<i>Extremo Sul (Total)</i>	1,7	100,0
Papel e Celulose	1,0	62,6
Móveis e Indústrias diversas	0,1	5,1
Produtos de Madeira	0,4	26,2

Fonte: SICM/Jornais Diversos; Elaboração: CAC/SEI

Nota: Última atualização em 30/09/2006 ;

*Valores convertidos a taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

¹¹ Informações retiradas da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) realizada pelo IBGE.

b) Encadeamentos produtivos

Os reflexos dos investimentos realizados na indústria de transformação sobre o VTI podem ser vistos na Tabela 3. De acordo com ela, as inversões realizadas no período — R\$ 13,4 bilhões — contribuíram, segundo os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), para um aumento de cerca de 365,0% no VTI da indústria de Transformação do estado entre 1996 e 2004.

Os dados da Tabela 3 mostram, ainda, que o crescimento do VTI foi sustentado por sete subsetores de atividade, com destaque para o segmento de material de transporte que foi o que mais cresceu, o de calçados, o de equipamentos de informática e o de refino de petróleo e produção de combustíveis. Além deles, os segmentos de móveis e indústrias diversas, fabricação de papel e celulose e de produtos de fumo foram os que apresentaram um aumento na participação do VTI.

Esses setores, entretanto, não lograram espriar estímulos para outros segmentos da indústria de transformação com os quais poderiam estabelecer vínculos com é o caso da metalúrgica, da fabricação de máquinas e equipamentos e do segmento de borracha e plástico.

Isso indica que permanecem poucas ligações entre os segmentos de bens intermediários e bens finais. Desse modo, cada segmento oscilou em função de motivos e características próprias e das condições macroeconômicas, não tendo um período comum de expansão ou retração para o conjunto da indústria de transformação baiana que possa ser comparada a um novo ciclo de crescimento.

A relação entre investimentos realizados com a concessão de incentivos fiscais e financeiros e crescimento dos subsetores de atividade também não é direta. Do total dos investimentos realizados, podemos observar que os maiores valores estão associados, respectivamente, a fabricação e montagem de veículos; aos produtos químicos e ao segmento de papel e celulose que juntos responderam por 57,7% das inversões. Entretanto, o subsetor químico apresentou um significativo decréscimo na participação do VTI. Por outro lado, o ramo de fabricação de coque, refino de petróleo e fabricação de combustíveis que não fazem parte da política de incentivos governamentais apresentaram um significativo crescimento.

Do ponto de vista da estrutura do VTI da indústria de transformação, observa-se, na Tabela 3, que ele continua bastante concentrada nos ramos de refino de petróleo, químico e de alimentos e bebidas que juntos responderam por cerca de 66,0% do VTI em 2004.

Tabela 3 - Investimentos na indústria e VTI da Indústria de Transformação por subsetor de atividade: Bahia, 1996 -2003

Classificação de atividades (CNAE)	Inversões 1994-2004	Valor da Transformação Industrial (%)										Var.% 1996 - 2004
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004		
BA/BR (%)	5,0	2,6	2,4	2,6	3,4	4,0	3,9	4,1	4,1	4,2	61,5	
Total (R\$ bilhões)*	13,4	4,0	3,9	4,3	6,8	9,7	10,6	13,0	15,1	18,6	365,0	
Alimentos e bebidas	7,9	16,2	14,5	14,9	9,7	10,5	11,4	11,1	12,5	12,9	-20,6	
Produtos do fumo	0,1	0,2	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	8,1	
Produtos têxteis	1,2	2,0	1,6	1,5	2,8	1,7	2,4	2,3	1,7	1,8	-8,4	
Vestuário e acessórios	1,0	1,0	1,1	1,0	0,8	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	-21,3	
Couro e calçados	5,4	0,4	0,5	0,5	1,2	1,6	2,0	2,0	2,2	2,3	466,7	
Produtos de madeira	3,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,4	-5,7	
Celulose, papel	9,3	4,7	6,1	6,0	6,9	7,8	7,0	7,1	6,3	4,9	4,1	
Edição, impressão	0,1	2,7	2,7	2,7	1,5	0,9	1,0	0,7	0,8	0,7	-74,2	
Coque, refino de petróleo, combust.nucleares e álcool	0,1	10,4	8,2	11,4	20,3	33,3	28,6	27,1	30,2	27,8	167,0	
Produtos químicos	21,1	42,6	42,3	39,2	36,6	24,0	24,5	27,4	22,9	25,3	-40,6	
Borracha e plástico	3,3	2,8	2,5	3,3	1,8	1,4	1,5	1,8	2,9	2,4	-13,0	
Minerais não-metálicos	3,5	2,3	2,1	2,7	1,7	1,8	1,6	1,5	1,3	1,1	-51,4	
Metalurgia	5,5	8,7	11,4	9,7	10,7	8,0	9,9	8,5	6,8	8,3	-4,7	
Máquinas e equipamentos	0,3	2,6	2,4	2,2	0,9	1,2	1,5	1,6	1,2	1,3	-49,8	
Máquinas p/escritório e de informática	0,3	0,4	1,0	1,8	2,5	4,6	4,4	0,9	0,8	1,1	180,4	
Material elétrico	0,4	1,9	2,1	2,0	1,4	1,5	2,2	1,5	1,9	1,6	-17,5	
Material de Transporte	28,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	4,5	6,5	6,3	6.179,6	
Móveis e indústrias diversas	1,0	0,5	0,4	0,4	0,3	0,7	0,6	0,9	0,7	0,9	70,4	

Fonte: PIA / IBGE

*Esses valores foram convertidos de dólar para real com relação à taxa de setembro de 2006 de R\$ 2,1734 por US\$ 1,00

Para uma análise mais completa dos encadeamentos produtivos, caracterizamos, abaixo, o modo como está estruturada a produção petroquímica. A escolha desse segmento, deve-se a importância desse setor no projeto governamental e ao volume das inversões, cerca de 20% do total investido no estado, montante inferior apenas ao segmento de material de transporte que respondeu por, aproximadamente, 30% das inversões totais no mesmo período.

Química e Petroquímica

O projeto do governo estadual para a petroquímica tinha como objetivo impedir a perda de importância nacional do Pólo de Camaçari em virtude do anúncio de investimentos no Pólo de Triunfo (Rio Grande do Sul) e da perspectiva de implantação do Rio Polímeros. Além disso, visava reduzir “a enorme dependência em relação ao mercado do sudeste. É para lá, principalmente para São Paulo, que “descem”, por caminhão [...] cerca de 80% da produção” (BAHIA INVESTIMENTOS, 1998, p.27).

Para tal, eram necessários sanar os problemas estruturais da petroquímica baiana, a saber: capacidade tecnológica limitada, pouco potencial de financiamento, falta de encadeamentos produtivos a jusante e importação de grande volume da matéria-prima usada — a nafta.

Para o problema das matérias-primas, procedeu-se à duplicação da refinaria Landolfo Alves, concluída em 1998, que mais que dobrou a capacidade de produção com a duplicação da COPENE¹² na primeira metade dos anos 1990 (GUERRA e GONZALEZ, 2001).

Para a falta de encadeamentos produtivos, foi instituído um programa de incentivos fiscais — o BAHIAPLAST — com vistas a atrair empresas do segmento de transformação plástica. Tal iniciativa foi uma parceria entre o Governo Estadual (que concede os benefícios fiscais), a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) (responsável pela capacitação da mão-de-obra e assessoria técnica) e as indústrias do ramo petroquímico que se comprometeram a fornecer a matéria-prima ao segmento com descontos de 3%.

No período de 1994 a 2004, foram registrados na Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia (SICM) 51 projetos de investimentos realizados no setor, totalizando R\$ 2,8 bilhões com a projeção de criar 2.693 empregos o que significa que cada emprego gerado correspondeu a um gasto de R\$ 1.048.207,0.

Dos 51 investimentos, 41 tiveram lugar na Região Metropolitana de Salvador (RMS), perfazendo um total de R\$ 2,7 bilhões, isto é, quase o total das inversões e 2.052 postos de trabalho. Nesse caso, cada emprego gerado contou com um investimento de R\$ 1.337.168,0.

Do ponto de vista da situação dos projetos realizados na RMS, 19 foram de ampliação, perfazendo um montante de R\$ 2,0 bilhões, e 21 foram de implantação num valor de R\$ 0,7 bilhões. Isso evidencia que os investimentos no segmento petroquímico foram marcados pelo aumento das escalas de produção das empresas já instaladas no pólo de Camaçari e pela reestruturação produtiva, com a importação de bens de capital e tecnologias de produção mais modernas. Essas iniciativas buscavam diminuir a diferença de tamanho das empresas brasileiras — menores do que o padrão internacional vigente na petroquímica — e adotar o novo padrão tecnológico, reduzindo custos para permitir aos grupos nacionais concorrer com os estrangeiros após a abertura comercial.

O fato de empresas do segmento de fertilizantes e plásticos¹³ terem se instalado no estado — algumas o fizeram também a partir da aquisição de outras empresas petroquímicas — está longe de significar um encadeamento produtivo do segmento¹⁴. O determinante para a configuração da petroquímica baiana foi o processo de reestruturação do setor, onde se destacam o programa de desestatização, as fusões e aquisições que diminuíram o número de grupos nacionais e a retirada de alguns grupos estrangeiros do pólo de Camaçari. Vejamos:

¹² Central petroquímica que hoje faz parte da Braskem.

¹³ De acordo com o Guia Industrial (2005), no segmento de borracha e plástico, foram implantadas, no período, 16 empresas além de 04 outras ligadas a Ford (Dopco Ind e Com Ltda; Faurecia Automotiva do Brasil, Kautex Textron do Brasil Ltda e TW Espumas)

¹⁴ Podemos observar na Tabela 3 que a participação do segmento de Borracha e plástico no VTI da indústria de transformação se manteve praticamente estável no período, passando de 2,8% em 1996 para 2,4% do VTI em 2004.

A partir do programa de desestatização, formaram-se sete grupos nacionais importantes no setor — Odebrecht, Ultra, Suzano, Unipar, Ipiranga, Unigel e Mariani — com empresas e participações acionárias nos diferentes pólos petroquímicos do país¹⁵. Tais grupos procuram explorar as características e potencialidades já existentes em cada um dos três pólos petroquímicos, fazendo assim uma divisão do trabalho entre eles, aprofundando as especializações que cada um já possui.

Desse modo, essas empresas têm a orientação de manter o pólo de Camaçari especializado nas 1ª e 2ª gerações petroquímicas. Por isso, as atividades de tecnologia foram concentradas nas regiões sul e sudeste. Mesmo o grupo Odebrecht, que controla o fornecimento de matéria-prima no Pólo de Camaçari, e cuja origem do capital é a Bahia, “já definiu estrategicamente que o Rio Grande do Sul e São Paulo são os locais prioritários para investimento em P&D” (BANCO DO NORDESTE..., 1999, p.47) e onde estão, também, os centros de decisão dessas empresas.

Nesse aspecto, podemos observar a discrepância entre os investimentos em ciência e tecnologia realizados pelo setor químico e os projetos, dessa natureza, implantados na Bahia. De acordo com o Relatório de Avaliação da Utilização dos Incentivos Fiscais do Ministério da Ciência e Tecnologia, o setor químico foi aquele que apresentou o segundo maior volume de investimentos em desenvolvimento tecnológico (R\$ 1.437 milhões) o que representou 25,7% do total realizado no país no período de 1994 a junho de 2004. No mesmo período, tais investimentos usufruíram R\$ 550,9 milhões em incentivos fiscais concedidos pelo governo federal.

No que se refere ao estado da Bahia, os projetos em desenvolvimento tecnológico foram de apenas R\$ 17,3 milhões com incentivos de R\$ 2,7 milhões. A discrepância de valores demonstra que a atividade de pesquisa continuou, em todo o período, concentrada especialmente em São Paulo que respondeu por R\$ 2.397,6 milhões dos gastos e R\$ 512,0 milhões dos incentivos entre 1994 e junho de 2004.

Na prevalência da lógica do mercado, o determinante do perfil dos investimentos é o da lucratividade do grupo no qual interferem outros fatores que não apenas a fruição de benefícios fiscais e creditícios, tais como a expansão do mercado consumidor. É pouco provável, portanto, que as empresas a partir dos seus investimentos promovam esse adensamento da cadeia petroquímica. Acrescente-se a isso, a possibilidade de muitas firmas do setor fecharem suas linhas de produção na Bahia como ocorreu

no Centro Industrial de Aratu (CIA), [onde] várias empresas encerraram suas atividades. Dentre elas muitas são do setor químico, principalmente em função do término do incentivo fiscal, a exemplo da Plástico Aratu, Alcan Cabos, Cotia, Renner e Cloraquímica. A Bombril, que fechou sua unidade de detergente no CIA, transferiu-se para Pernambuco

¹⁵ A reestruturação acionária pelo qual passou a petroquímica brasileira beneficiou, principalmente, o capital nacional, visto que os capitais estrangeiros mostraram pouco interesse, ainda mais que a privatização dava preferência aos acionistas.

-
atraída por isenções fiscais. A Rhodia encerrou recentemente suas atividades no Pólo de Camaçari, preferindo importar a metionina (BANCO DO NORDESTE..., 1999, p. 46).

No que se refere ao capital estrangeiro, o expressivo aumento de produtividade elimina a necessidade de várias linhas de produção e a abertura comercial permite o fornecimento dos mercados via importação. Por isso, as grandes empresas internacionalizadas racionalizaram a sua estrutura de produção, suprimindo plantas antiquadas, o que acarretou fechamentos, inclusive no Brasil (FURTADO, 2003).

Acrescente-se que, as transnacionais tendem a se especializar em famílias de produtos no final da cadeia produtiva que não existem na Bahia, como a produção farmacêutica, ou que são insipientes, como a transformação plástica. Tal opção permite a estas empresas aproveitarem as vantagens tecnológicas no processo produtivo, além de possibilitar a diferenciação de produtos, importantes na concorrência.

Desse modo, é pouco provável que as empresas de capital estrangeiro que já possuem plantas da terceira geração petroquímica, inclusive no pólo de São Paulo, implantem novas linhas desses produtos. Acrescente-se a isso, a tendência das transnacionais de deslocar os produtos padronizados — as chamadas *commodities* petroquímicas — para os países em desenvolvimento e manter os bens e processos mais avançados com maior conteúdo tecnológico e mais rentáveis nos países desenvolvidos (FURTADO, 2003).

Cabe ressaltar que algumas corporações estrangeiras preferiram se associar aos principais grupos nacionais (Ultra, Polibrasil, Politen e Metanor) ou possuem participações em empresas (Deten).

Além desses fatores relacionados às opções estratégicas das empresas, temos o problema do suprimento de matérias-primas ao Pólo de Camaçari que representa um empecilho a instalação de novas unidades de produção, uma vez que o encadeamento entre fontes de matéria-prima e produção petroquímica é importante para gerar ganhos de escala.

Os dados sobre a balança comercial do setor petroquímico dão a dimensão da dificuldade da produção da matéria-prima usada no processamento petroquímico. Conforme mostra a Tabela 4, a importação de nafta, matéria-prima base, é bastante expressiva no fluxo comercial do setor, variando entre 13,0% e 23,4% das importações da Bahia entre 1995 e 2005. De acordo com Bahia Investimentos (1998), a importação de nafta está entre 50% e 55% do que é consumido no estado. Desse modo, mesmo após a ampliação da Refinaria Landolfo Alves e da Copene — hoje Braskem —, o volume de produção desta central petroquímica não é suficiente para abastecer o conjunto das empresas.

Ainda sobre o perfil do comércio exterior do setor, podemos observar que as exportações estão concentradas nos produtos da chamada 2ª geração petroquímica, confirmando que a especialização de Camaçari pouco se alterou no período. Elas permaneceram, entre 1995 e 2005, abaixo das importações, sendo que, a partir de 1999 as vendas para o exterior apresentaram declínio. No que se refere às importações, vemos que estão concentradas nos insumos necessários a produção petroquímica, em especial a nafta e os sulfetos de minérios de cobre.

O déficit da petroquímica é uma característica verificada para o setor nacionalmente. De acordo com Furtado (2003), a sobrevalorização cambial verificada entre 1994 e 1998 tornou mais vantajosa a importação em detrimento da produção nacional. Mesmo com a desvalorização em 1999, o suprimento via importações ainda é preferível por conta dos preços mais baixos vigentes no mercado internacional, o que tem rebatimentos negativos sobre a possibilidade futura de encadeamentos, na Bahia, em direção a 3ª geração petroquímica.

Tabela 4 - Balança comercial do setor Petroquímico: Bahia, 1995 – 2005

Produtos Exportados	Participação das exportações petroquímicas nas exportações totais da Bahia (%)										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Petroquímica	34,0	33,2	32,1	34,1	33,0	32,7	25,5	23,3	21,5	19,5	17,4
BENZENO	1,4	1,4	1,8	1,6	2,6	2,8	1,2	1,2	1,7	3,0	2,9
ETILENOGLICOL (ETANODIOL)	nd	0,4	1,7	2,5	1,9	2,8	2,2	1,2	2,0	1,7	0,9
ACRILONITRILA	1,6	1,7	0,9	nd	1,0	1,7	0,8	1,2	0,8	1,0	0,6
ETER METIL-TER-BUTILICO (MTBE)	1,3	1,4	1,5	1,8	1,8	2,6	1,6	1,3	1,1	1,1	1,2
PROPENO (PROPILENO)	0,8	0,8	1,7	1,1	1,0	1,1	1,1	0,9	1,0	1,1	1,0
POLIETILENOS (FORMAS PRIMARIAS)	1,7	1,7	0,8	0,8	1,3	1,9	1,5	1,3	0,7	0,6	0,7
METILOXIRANO		1,1	1,2	2,6	2,6	1,3	1,2	1,0	1,6	0,6	0,4
FERROSSILICIO	nd	1,6	1,4	1,3	1,5	1,2	0,9	0,7	0,6	0,6	0,5
PROPILENOGLICOL	1,2	1,3	1,1	1,1	1,3	0,9	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7
POLICLORETO DE VINILA,	2,4	2,5	1,7	1,3	1,4	0,8	0,8	0,8	0,8	0,5	0,6
Produtos Importados	Participação das importações petroquímicas nas importações totais da Bahia (%)										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Petroquímica	62,1	50,5	50,7	43,6	54,0	45,0	35,5	33,4	42,0	43,1	48,6
NAFTAS PARA PETROQUÍMICA	23,3	21,7	25,7	19,9	17,1	15,9	12,7	13,3	17,7	13,0	23,4
SULFETOS DE MINERIOS DE COBRE	31,8	22,0	17,4	11,7	15,0	11,8	10,4	10,2	10,1	15,6	12,4
OUTRAS NAFTAS		---	0,7	2,3	11,4	9,4	4,0	---	---	---	---
FOSFORO BRANCO	nd	nd	nd	nd	---	---	0,2	1,2	1,3	0,8	0,8

Fonte: SECEX / MIDC

*não disponível

c) Mercado de trabalho

Na Tabela 5, foram selecionados alguns indicadores do mercado de trabalho. Nela podemos observar que houve um incremento da proporção de desocupados na Bahia e na RMS — que no ano de 2004, apresentava o maior índice de desemprego do país¹⁶.

¹⁶ Ver SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS (2004).

Cabe ressaltar que o aumento do desemprego ocorreu apesar da Bahia ter mantido uma redução no seu ritmo de crescimento demográfico. Entre 1991 e 2000, o estado cresceu 1,08% a. a., abaixo do Brasil e do Nordeste, que tiveram taxas de, respectivamente, 1,63% a. a. e 1,30% a. a., e inferior aquela verificada, no estado, nos vinte anos anteriores, que foi de 2,35% a. a. entre 1970-1980 e 2,09% a. a. Entre 1980-91 (SEI, 2003).

A menor proporção de desocupados na Bahia em relação a RMS, deve-se à estrutura setorial da ocupação que, como pode ser vista na Tabela 5, apresenta uma importante participação das atividades agropecuárias na Bahia - cerca de 40,0% dos ocupados em 2004. Boa parte desses trabalhadores são pequenos produtores proprietários de minifúndios e os membros das suas famílias, ocupados na pequena produção agrícola tradicional. Além da propriedade da terra, a pequena atração exercida pela maior parte das cidades do estado — cuja economia não é capaz de gerar alternativas de emprego e renda — e o crescimento das pensões e aposentadorias são fatores que impedem que essa mão-de-obra pressione o mercado de trabalho, mantendo a taxa de desemprego num patamar menor do que o da RMS.

Do ponto de vista da Posição na ocupação, observou-se um aumento do emprego sem carteira de trabalho assinada e a diminuição dos assalariados com carteira, mostrando a substituição dos vínculos de trabalho socialmente protegidos — isto é, com contrato de trabalho, contribuição previdenciária, FGTS, férias — pela inserção mais precária no mercado de trabalho.

Na RMS, além do aumento do emprego sem carteira tivemos a queda da participação dos funcionários públicos. Nesse caso, os planos de demissão voluntária que precederam as privatizações e a ausência de concursos públicos são as causas da diminuição. Outro dado que expressa a dificuldade de gerar alternativas de emprego e renda de melhor qualidade é a expressiva participação do emprego doméstico que representava, em 2004, cerca de 10,5% dos ocupados da RMS.

No que se refere ao rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade, observou-se uma significativa diminuição daquelas *Sem rendimento* na Bahia (passaram de 47% para 37%) e na RMS (de 40,7% para apenas 35,6%). Tais variações refletem a incorporação de mais pessoas no mercado de trabalho com vistas a complementar a renda familiar.

Os dados da Tabela 5 ainda demonstram que, em 2004, permaneciam as precárias remunerações vigentes no Estado, sendo que 33,1% das pessoas com 10 ou mais anos de idade tinham um rendimento médio de até 1 SM. Na RMS, essa proporção era de 25,2%. No período de 1995 a 2004, houve a diminuição na proporção de pessoas que possuíam rendimento superior a 2 SM, indicando uma queda geral do rendimento tanto na Bahia quanto na Região Metropolitana de Salvador.

Tabela 5 - Variáveis selecionadas do mercado de trabalho: Bahia, RMS e Demais Regiões, 1995 e 2004

Variáveis Selecionadas	Bahia (%)		RMS (%)	
	1995	2004	1995	2004
Tx. de Desocupação (desocup./PEA)	6,7	10,5	9,6	19,4
Ocupados por ramo de Atividade (em mil)	5.642	6.228	1.173	1.467
Agropecuária	45,1	40,0	2,9	1,9
Comércio	10,8	14,6	18,1	21,6
Indústria	12,6	13,2	19,1	19,5
Ind de Transformação	5,6	6,6	8,9	10,8
Serviços	26,6	27,5	50,9	47,0
Adm. Pública	3,7	4,5	6,0	5,0
Ocupados por posição na Ocupação (em mil)	5.642	6.228	1.173	1.467
Conta Própria	27,2	26,7	23,4	23,2
Empregado sem Carteira	20,5	23,2	14,5	17,5
Empregado com Carteira	16,9	18,0	35,4	36,0
Funcionário Público	3,8	4,9	8,0	5,9
Domésticos c/carteira	0,7	1,0	2,4	3,1
Domésticos s/Carteira	5,1	4,9	7,8	7,4
Trab. na Construção p/Uso ou prod. P/ consumo	5,7	4,3	1,0	1,0
Não Remunerados	17,7	14,3	3,8	2,5
Rendimento das pessoas de 10 anos ou mais (em mil)	12.690	13.705	2.741	3.299
Até 1/2 SM	5,4	13,1	3,7	9,2
1/2 - 1 SM	17,6	22,0	14,8	16,0
Mais de 1 a 2 SM	14,5	15,8	14,5	18,8
Mais de 2 a 5 SM	9,3	7,5	14,2	12,0
Mais de 5 SM	4,9	3,3	10,7	6,7
Sem Rendimento	47,0	37,3	40,7	35,6

Fonte: PNAD/ IBGE

3. Algumas considerações sobre os resultados dos investimentos

A análise dos resultados dos investimentos realizados na indústria de transformação baiana demonstraram um significativo distanciamento dos objetivos formulados nos programas governamentais. As causas do fracasso devem ser buscadas no modelo de desenvolvimento implantado. Ou seja, ao contrário das formulações governamentais, um novo ciclo de investimentos conduzido pela iniciativa privada nacional ou estrangeira (com a inserção na globalização) não é capaz de resolver os problemas estruturais da organização produtiva de países subdesenvolvidos e, mais especificamente, de espaços subnacionais subdesenvolvidos como é o estado da Bahia.

Na prevalência da lógica das transnacionais e do setor privado nacional observa-se uma tendência a aprofundar os aspectos estruturais de uma determinada região ou estado. Ou seja, é sobre a base da divisão internacional do trabalho que relega atribuições diferentes para países desenvolvidos e subdesenvolvidos, da espacialização produtiva dentro do Brasil (relação nordeste/sudeste) e da divisão espacial da produção dentro da Bahia que o mercado vai agir, aprofundando as características da economia baiana, tornando evidente, como nos referimos anteriormente, que as empresas não se dedicam a investir ou desenvolver regiões.

No que se refere aos capitais privados nacionais, o padrão de investimentos realizados na Bahia reproduz a divisão interregional do trabalho construída no Brasil na fase de industrialização por substituição de importações, segundo a qual as inversões realizadas no nordeste construíram um sistema produtivo complementar e hierarquizado aquele situado no sudeste.

A hierarquia do sistema está associada à localização do centro dinâmico do sistema industrial e das decisões de investimentos fora da região nordeste. O processo produtivo, o padrão tecnológico, a estratégia e a função das empresas instaladas no nordeste obedecem a uma determinação do grupo empresarial proprietário que está localizado no sudeste ou no exterior. O caso da petroquímica aqui estudado demonstra que mesmo capitais cuja origem foi o estado da Bahia, como o Odebretch, mantém seus centros de decisão em São Paulo.

A relação complementar é estabelecida porque, dada a disponibilidade das matérias-primas, a industrialização do nordeste representou a internalização apenas das etapas da produção auxiliares aos ramos já existentes no sul e sudeste do país. No caso da Bahia, isso representou a especialização na produção de bens intermediários, isto é, insumos usados pelas empresas situadas, principalmente, em São Paulo. Ao invés da concorrência entre as duas regiões, organizou-se uma estrutura complementar na medida que a propriedade da indústria incentivada do nordeste estava nas mãos de grupos que já mantinham empresas no sudeste do país (GUIMARÃES NETO, 1989).

Isso significa que não há duplicidade de produção. Essa perspectiva se reforça com a reestruturação produtiva, onde o aumento da produtividade permite que uma mesma fábrica forneça para vários mercados regionais aproveitando as economias de escala e diminuindo custos. Conforme o resultado dos investimentos no Pólo de Camaçari demonstrou, a produção da terceira geração petroquímica que existe em São Paulo se destina a abastecer o mercado baiano, dispensando a montagem de uma unidade de produção específica.

Desse modo, os grupos privados nacionais apresentam um padrão de investimentos e de organização da produção que não transfere todo o processo produtivo para o estado da Bahia. A localização da produção obedece a uma divisão segundo a qual às indústrias do nordeste e as atividades produtivas aí desenvolvidas baseiam-se na exploração dos recursos naturais da região, nos níveis de exploração mais elevada da força de trabalho e abarcam as atividades de menor valor agregado.

Acrescente-se a isso que, conforme tem assinalado a literatura de economia regional, os novos padrões técnicos de localização favorecem as regiões com melhor infra-estrutura, centros de pesquisa e universidades, resultando na instalação “das plantas de maior conteúdo tecnológico e complexidade (máquinas-ferramentas, automação industrial, telecomunicações, informática,

eletrônica, fármacos, biotecnologias, etc.) na região mais desenvolvida do País.” (BRANDÃO, 2003, p.128/129).

No que se refere aos investimentos internacionais, não se verificou o pressuposto governamental de que estes capitais estariam indiferentes às regiões e que, por isso, poderia desenvolver qualquer lugar do planeta que lhe oferecesse maiores vantagens. A maior mobilidade que os investimentos privados alcançaram após a abertura comercial e financeira da economia mundial não significa indiferenciação dos espaços geográficos nas opções de investimentos dos grupos privados. Existe uma hierarquia na definição de atuação das transnacionais que não foi eliminada com a desregulamentação da economia. Isto é, a globalização não conduz à homogeneização dos espaços geográficos, permanecendo a divisão internacional do trabalho, na qual às economias periféricas cabe um papel subordinado.

Na definição estratégica das empresas, que inclui a localização de sua produção as empresas põem em prática a segmentação das atividades, mantendo a hierarquia entre os países que compõem o sistema mundial através da divisão do trabalho e da integração seletiva de regiões. Interferem na definição de localização das atividades tanto sua origem nacional, quanto a localização dos investimentos dos concorrentes direto dos oligopólios mundiais.

No que se refere à origem nacional dos grupos, temos o que Chesnais chamou de vantagens empresariais ligadas ao sistema de origem. De acordo com o autor, a competitividade de uma empresa não está somente apoiada no desenvolvimento de suas atividades, mas também na “sua dimensão sistêmica ou estrutural: [que] é a expressão dos atributos do contexto produtivo, social e institucional do país” (CHESNAIS, 1996, p. 121). Ainda de acordo com o autor, as vantagens estão relacionadas ao setor de bens de capital, ao sistema nacional de pesquisa e a relação entre a produção e o sistema financeiro cujo papel é alavancar as estratégias no espaço mundial dos grupos.

O outro aspecto determinante na definição da localização dos grandes grupos são os investimentos de seus concorrentes. Tais rivais se constituem em grupos com poderio financeiro e tecnológico suficiente para disputar mercados em condições de igualdade. Estão principalmente localizados nos países da chamada tríade, o que significa que as empresas que participam dessa competição mundial devem estar, necessariamente, presentes no Japão, EUA e/ou União Européia. Esse conjunto de nações é o espaço privilegiado de investimentos para as multinacionais. É nele que estão concentradas as atividades de P&D e para onde converge toda atividade financeira do grupo e de onde sai a estratégia para todos os parceiros e filiais das multinacionais¹⁷.

¹⁷ Tratamos o espaço dos países capitalistas desenvolvidos de forma homogênea, entretanto, mesmo dentro da tríade existem hierarquias. Para a caracterização destas diferenças, ver CHESNAIS (1996) e CARNEIRO (2000) cap. 7.

O capital não se tornou, portanto, algo indiferenciado, sem nacionalidade, ao contrário, as grandes empresas continuam a manter fortes vínculos com o país de origem na medida que essas ligações podem significar vantagens na competição internacional, concentrando aí e nos países da tríade o poderio tecnológico e financeiro. A divisão internacional do trabalho na petroquímica, conforme visto anteriormente, concentra a produção de maior valor agregado e de maior conteúdo tecnológico nos países desenvolvidos, enquanto aos países subdesenvolvidos cabe a produção das chamadas *commodities* petroquímicas.

Acrescente-se a isso que os oligopólios mundiais se beneficiam das hierarquias entre os espaços regionais, visto que tais diferenças resultam numa concorrência entre regiões para abrigar os investimentos. Nessa disputa entre países, as empresas conseguem obter vantagens como subsídios estatais, redução do preço das matérias-primas e dos salários, aumentando a rentabilidade do capital (MICHALET apud CHESNAIS 1996).

Desse modo, a atuação desses grupos não objetiva eliminar tais diferenças e hierarquias, portanto, não se prestam a “iniciar ciclos de crescimento” ou desenvolver regiões ou espaços subnacionais subdesenvolvidos. Ao contrário, as transnacionais estabelecem com os países subdesenvolvidos relações de

caráter especulativo [que] se manifesta na extrema volatilidade de seus laços com o espaço econômico nacional e se consubstancia no fato de que as grandes empresas transacionais não abrem mão da mobilidade espacial de seus capitais, pois não aceitam ficar confinadas as fronteiras de economias que desempenham papel residual na concorrência intercapitalista em escala global. (SAMPAIO JR., 1999, p. 110/111).

Além disso, a ação dos capitais internacionais, de acordo com Prado Jr. (1966), resultam no reforço dos laços de subordinação e dependência das economias periféricas aos trustes internacionais, onde estes “constituem um poderoso fator de deformação da economia dos países subdesenvolvidos, mais ainda comprometem profundamente a estabilidade e normalidade financeira daqueles países” (PRADO JR, 1966, p.201/202).

O primeiro fator de deformação é o ajustamento das economias periféricas aos interesses das empresas internacionais independente das necessidades reais do país e de sua população. Nesse movimento,

alguns setores da economia dos países subdesenvolvidos tendem a se hipertrofiar em prejuízo e à custa de outros de muito maior significação para aqueles países. Compromete-se assim o desenvolvimento harmônico das economias subdesenvolvidas, já por si deficientes em estímulos e recursos adequados para um tal desenvolvimento. (PRADO JR, 1966, p.208/209).

Essa organização produtiva tem significado uma maior fragilidade do setor de bens de capital na medida que a produção interna foi substituída pela importação de máquinas e equipamentos. Além disso, estendeu-se a importação aos insumos e matérias-primas utilizadas no processo produtivo.

Observou-se, portanto, a diminuição dos encadeamentos produtivos, ou seja, as empresas instaladas no Brasil, de origem nacional ou estrangeira, aumentaram a participação de insumos estrangeiros na composição de seus produtos finais, desverticalizando a produção. Como resultado, tivemos a “fragilização dos encadeamentos produtivos e tecnológicos(...) [que significou] perda do poder multiplicador e indutor da indústria” (LAPLANE e SARTI, 1997, p.151).

No caso da Bahia, que não produzia (e não produz) bens de capitais, aumentou-se o número de matérias-primas e componentes importados usados na produção. A estrutura dos programas de incentivos fiscais concedendo isenções para entrada de insumos utilizados no processo produtivo estimula a manutenção de uma organização da produção com poucos encadeamentos produtivos locais.

A organização da Ford e de suas empresas sistemistas é um caso ilustrativo de uma organização da produção caracterizada pela fragmentação com a contratação de fornecedores de insumos de várias origens geográficas. Em 21 das 25 empresas sistemistas instaladas em Camaçari

seis empresas declararam fornecedor de apenas uma origem geográfica: a Arvinmeritor e Ferrolene de Minas Gerais; Faurecia, Mapri-Extron, Pelzer e Sodecia de São Paulo. Desse modo, as outras 15 empresas fazem um mix de importações de componentes e matérias-primas de duas ou mais regiões diferentes. Dentre estas, temos dez empresas que recebem insumos de outras firmas instaladas no sítio da Ford em Camaçari; dez recebem insumos de São Paulo; seis do exterior; três de Minas Gerais; duas do Rio Grande do Sul e uma do Rio de Janeiro. Esses resultados demonstram que as sistemistas — como fabricantes mundiais ou importantes empresas nacionais das respectivas peças e componentes — possuem uma rede consolidada de fornecedores que já detém os padrões técnicos compatíveis com suas exigências tecnológicas e de custos localizados no exterior ou em outras unidades da federação. [...] Desse modo, não é de se esperar a duplicidade de linhas de produção, ou de fornecedores do mesmo componente, que acarretariam um aumento dos custos. O mais provável é que o mesmo fornecedor esteja responsável por várias unidades da mesma sistemista. (CERQUEIRA, 2007, p. 130)

Pesquisa realizada por integrantes do Desenhahia — Agência de Fomento do Estado da Bahia — junto as empresas sistemistas, em 2002, dá outras indicações sobre as dificuldades de implantação de fornecedores locais de insumos. Lima et al (2002), classificaram as sistemistas em quatro grupos de empresas de acordo com os potenciais de localização dos fornecedores: no grupo 1, estavam aquelas empresas cujos fornecedores não se instalariam no estado por causa da

inexistência de fonte de matéria-prima. É o caso da Arvin e da Ferrolene que utilizam o aço como matéria base de sua produção.

No grupo 2, estavam as empresas cuja produção exige elevadas escalas e cuja instalação de seus fornecedores, no estado, estariam condicionados a existência de outras montadoras. As empresas desse grupo são: Coopers, Intertim, Kautex-Textron, Mapri-Textron e Sodecia. No grupo 3, estão aquelas que esperam a consolidação da capacidade de produção da Ford (Metagal, Pelzer, Pilkington, Saargummi, SAS, Siemens, Valeo e Visteon). Embora a produção de veículos tenha crescido desde o início de suas operações em 2001, com a fabricação de 19.652 unidades em 2003 e implantação do terceiro turno em 2004, não há indícios de que essas empresas tenham iniciado operações no sentido de transferir sua estrutura de oferta de insumos para o estado da Bahia.

Por fim, estão as empresas do grupo 4 que, segundo o estudo, estariam dispostas, no curto prazo, a realizar investimentos de implantação de fornecedores locais para a fabricação de pequenos componentes metálicos, injetados e extrusados. Este grupo está formado, segundo o estudo, pela Autometal, Benteler, Lear e Thyssenkrupp. De fato, estas empresas estão entre aquelas que possuem o maior número de empregados, entretanto, mesmo nesse caso, as firmas importam parte significativa de seus componentes e insumos.

Desse modo, o deslocamento das empresas junto com a Ford e a conformação de uma rede vertical ou que alguns chamam de condomínios industriais não significou, portanto, encadeamentos no local desde a fonte de matérias-primas até o produto final, mostrando, também, um perfil de investimentos das transnacionais que não transferiu todo o processo produtivo para a Bahia.

Considerações Finais

O programa elaborado pelo governo estadual está em consonância com o processo de desregulamentação da economia brasileira posto em prática no âmbito federal. Esse projeto tem como objetivo atribuir ao setor externo e as decisões de investimentos do capital privado um papel destacado na condução do crescimento econômico. Desse modo, procurou-se direcionar a economia nacional e baiana para uma inserção na globalização; procedeu-se a um conjunto de privatizações e instituiu-se programas de incentivos fiscais com vistas a atrair investimentos privados.

Esse modelo, entretanto, não conduz a reformas capazes de resolver os problemas estruturais do estado. Ao contrário, nesse período, reforçou-se as debilidades da economia baiana como: a dependência tecnológica, os baixos encadeamentos produtivos, a ampliação dos centros de decisão externos ao estado; a pequena capacidade de incorporação de mão-de-obra e o aumento da concentração de renda.

Desse modo, os incentivos fiscais serviram para reduzir o custo do capital das empresas beneficiadas. O distanciamento entre os objetivos propostos e os resultados do modelo implantado já se anunciava nos pressupostos utilizados nos programas governamentais.

Não podemos, entretanto, analisar os efeitos dos investimentos e da aplicação do modelo neoliberal na Bahia como uma falha técnica ou ausência de mecanismos de planejamento público mais eficientes. A inadequação entre instrumentos e objetivos reflete o distanciamento entre discurso e prática, bem conhecido no Brasil, onde se procura dar um caráter coletivo e de defesa do interesse público (afinal quem não gostaria de criar um ciclo de crescimento da economia baiana capaz de reduzir o desemprego e melhorar a qualidade de vida de sua população) à implementação de reformas que prejudicam o conjunto da população e à utilização de recursos públicos em benefício de poucos, como aconteceu nos programas governamentais.

Ainda assim, cabe analisar mais detidamente as supostas justificativas e pressupostos do projeto estadual e seus resultados:

1. O programa se pautou na idéia de que a existência de setores produtores de bens finais é central para assegurar o adensamento das cadeias produtivas, entendido como a produção local da matéria-prima até o produto final. Entretanto, se no período do modelo de substituição das importações a produção de bens de consumo final trazia consigo maiores chances de construir relações significativas com a economia local, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, a fragmentação da produção por vários países, a diminuição dos encadeamentos produtivos e aumento da participação dos insumos estrangeiros na composição dos produtos finais impedem a verticalização da produção.

As informações analisadas demonstraram que os setores que receberam investimentos, embora tenham aumentado sua participação no VTI, não induziram a um novo dinamismo na economia estadual. Do mesmo modo, a estrutura da composição do VTI não oferece indícios de que a economia baiana esteja num período de transição, mudando sua especialização de bens intermediários para bens finais de maior conteúdo tecnológico¹⁸, ao contrário, os dados mostram que apesar da instalação de empresas do setor de calçados e automóveis, a produção industrial do estado continua concentrada nos segmentos da petroquímica, extração e refino de petróleo. Observa-se, assim, a dificuldade de promover modificações na estrutura econômica de uma região a partir das inversões privadas, na medida que, apesar da concessão de incentivos, os resultados desejados (estímulo à industrialização local) somente serão atingidos se estiverem em consonância com a estratégia das empresas que se instalaram na região.

¹⁸ Essa é a interpretação do governo estadual acerca dos resultados dos investimentos realizados. De acordo com essa abordagem, “a Bahia está na iminência de vivenciar um processo de transformação estrutural, em que o perfil de economia produtora de bens intermediários tende a ceder espaço a um arcabouço mais complexo” (MENEZES, 2000, p. 74).

2. A tecnologia intensiva em capital agravou o problema do desemprego, expresso no aumento da participação dos desocupados no mercado de trabalho da Bahia. Acrescente-se, ainda, que a ausência dos investimentos do Estado (poder público) — que na fase de substituição de importações serviu para minimizar o desemprego — tende a transformar a ausência de alternativas de emprego e renda num problema de difícil solução.

Referências Bibliográficas

- ALBAN, Marcus. *O Projeto Amazon e seus Impactos na RMS*. Trabalho apresentado a SEPLANTEC, outubro de 2000.
- BAHIA (Estado). Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Diretoria de Investimentos. *Incentivos governamentais*, v. 1. Salvador: SICM/DI, 1993.
- _____. Secretaria da Fazenda. *Balanço Geral do Estado da Bahia: exercício de 2000*. Salvador: SEFAZ, 2000.
- BAHIA INVESTIMENTOS. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. *Bahia Investimento*, Salvador: SICM, Ano V, n. 2, jun/1998.
- BANCO DO NORDESTE. *Investimentos e Inovações tecnológicas no complexo químico do nordeste*. Estudos Setoriais 3. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos regionais*. Campinas: Tese de Livre-docência — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (IE), 2003.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Caps. 7 e 10. São Paulo: UNESP, IE-Unicamp, 2002.
- CARVALHO NETO, José Francisco de. A Reforma do Estado: O Caso Bahia. *Conjuntura e Planejamento* n. 54, 10-13, Salvador: SEI, nov. 1998.
- CERQUEIRA, Daniela Franco. *Incentivos fiscais e investimentos na indústria de transformação no estado da Bahia (1994 a 2004): Internacionalização produtiva e subdesenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (IE), Campinas: 2007.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB/ SEI, 1998.
- FURTADO, João. Cadeia: Petroquímica— Nota técnica final. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. COUTINHO, Luciano e LAPLANE, Mariano (Orgs.) Campinas: UNICAMP— NEIT, 2003.

- GUERRA, Oswaldo e GONZALEZ, Paulo. Novas Mudanças Estruturais na Economia Baiana: Mito ou Realidade. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: v. 32, n.3, p. 308-321, jul-set, 2001.
- GUIA INDUSTRIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia— FIEB, Superintendência de Desenvolvimento Industrial — SDI; Recife: EBGE, 2005.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução a Formação Econômica do Nordeste*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989.
- LAPLANE, Mariano F., SARTI, Fernando. Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, no. 8, p 143-181, jun 1997.
- LIMA, Carmen Lucia; NACIMENTO, Paulo Meyer; FERREIRA, Poliane; CAVALCANTE, Ricardo e MACEDO, Walter. *Fornecedores da Ford: Uma Avaliação Preliminar das Oportunidades de Investimento na Bahia*. Salvador: Desenbahia Estudo Setorial 01/02, set. 2002. Disponível em : <[http:// www.desenbahia.ba.gov.br](http://www.desenbahia.ba.gov.br)> Acesso em 11 de nov de 2005.
- PESQUISA ANUAL DOS SERVIÇOS (PAS). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1998.
- PRADO JR., Caio. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, Caps. 7 e 8. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- PRADO, Sérgio & CAVALCANTI, Carlos Eduardo G. *A Guerra Fiscal no Brasil*. São Paulo: Fundap e Fapesp; Brasília: Ipea, 2000.
- PROMO: CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *BAHIAPLAST — Programa de desenvolvimento da indústria Plástica*, salvador: PROMO/SUDIC, 1997.
- SAMPAIO JR. Plínio A. *Entre a Nação e a Barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SARTI, Fernando. Cadeia : Automobilística — Nota técnica final. *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. COUTINHO, Luciano e LAPLANE, Mariano (Orgs.) Campinas: UNICAMP— NEIT, 2003.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). *Estratégias de Desenvolvimento Regional*. Salvador: 2000. Disponível em: <[http:// www. Seplan.ba.gov.br/publicações.pdf](http://www.Seplan.ba.gov.br/publicações.pdf)> Acesso em 04 de mar de 2005.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Dinâmica sociodemográfica da Bahia 1980-2000. *Série Estudos e pesquisas (SEP)* Vol. 2, N.º 60, Salvador: SEI, 2003.
- TRABALHO E RENDIMENTO. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1995, 1999, 2001 e 2004.
- UDERMAN, Simone e MENEZES, Vladson B. Os Novos Rumos da Indústria na Bahia. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: v. 29, n. especial, p. 715-737, Recife: julho 1998.